

CAMÕES

C CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Nº 233 — 17 a 30 de agosto de 2016
Suplemento da edição nº 1195 ano XXXV,
do JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias
com a colaboração do Camões, I.P.



FOTO: CAMÕES, I.P./D.R.

**20 anos da CPLP
A COOPERAÇÃO NA EDUCAÇÃO
E NA LÍNGUA PORTUGUESA**

A cooperação na Educação com os países da CPLP

É consensual a importância da educação na melhoria da qualidade de vida, enquanto fator decisivo na capacidade dos povos em tomar decisões. A educação melhora aptidões e transforma sociedades quando privilegia a capacidade de pensar e de refletir. Enquanto direito fundamental, é considerada uma área importante para a erradicação da pobreza e para o atingirmo um desenvolvimento sustentável com efeitos multiplicadores noutros domínios do desenvolvimento.

Uma das mais-valias da Cooperação Portuguesa situa-se, precisamente, na educação e formação, dada a comunhão linguística, e de matrizes jurídico-administrativas, entre outras, de relacionamento entre os Estados da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A educação é por isso uma das áreas de intervenção prioritárias nos programas estratégicos de cooperação (PEC) em negociação com Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, para 2016-2020, bem como no relacionamento

com os restantes, Angola, Guiné-Bissau e Timor-Leste. Nestes programas, a estratégia da Cooperação Portuguesa abrange diferentes níveis de ensino, desde o pré-escolar até ao pós-graduado, apostando na melhoria da sua qualidade, planeamento e gestão. Os pilares de intervenção nesta área são o apoio à definição de políticas e estratégias para o desenvolvimento dos sistemas educativos; o desenvolvimento curricular, o reforço e otimização dos métodos de gestão, avaliação e admi-

nistração escolar; o apoio à conceção e utilização de materiais educativos; o desenvolvimento do ensino técnico-profissional. Acresce uma política de atribuição de bolsas, designadamente para formação avançada (mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos), não só em Portugal como nos países de origem, adaptadas às prioridades e estratégias de desenvolvimento dos países parceiros, que registaram um incremento significativo em 2016. Nos últimos três anos a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) bilateral para a Educação, Portugal – Países da CPLP cifrou-se em 108,96 milhões de euros. Os três primeiros beneficiários foram Timor-Leste (30,08 milhões de euros), seguido por Cabo Verde (25,07 milhões) e Moçambique (22,35 milhões).

A Cooperação Portuguesa procura alinhar as suas intervenções nesta área com as prioridades e solicitações expressas pelas autoridades dos países membros da CPLP e respetivos programas estratégicos governamentais e setoriais. Portugal é também um interveniente ativo nos fóruns internacionais, com orientações e compromissos firmados, entre outros, na Cimeira da ONU, em Nova Iorque, sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Educação de qualidade, figura entre os 17 ODS subscritos por Portugal, com vista a garantir que todos tenham acesso livre, equitativo e de qualidade ao ensino primário e secundário, até 2030, proporcionando um novo modelo global de erradicação da pobreza e criando um desenvolvimento sustentável e duradouro.

Angola Pôr os professores a 'saber mais'



FOTO: CAMÕES, I.P.

O programa *Saber Mais*, destinado ao reforço do sistema educativo de Angola, tem estado desde 2010 no centro da cooperação entre Portugal e aquele país africano membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Trata-se de um modelo inovador, no qual os dois países partilham o esforço técnico e financeiro, com vista a uma plena apropriação por Angola e, assim à sustentabilidade da intervenção. Sendo a consolidação da língua portuguesa um dos objetivos das autoridades de Luanda, Portugal tem estado disponível para apoiar a formação inicial de professores de português do ensino secundário em instituições de ensino superior angolanas. Isso tem dado origem a um conjunto de apoios, traduzidos na criação de centros de língua portuguesa e leitorados e a celebração de protocolos de docência com instituições do ensino superior de Angola, que abrangiam um universo de 7 mil alunos em 2015. Leitores ou docentes apoiados pelo Camões, I.P. encontram-se nos institutos superiores de Ciências da Educação do Lubango, onde também existe um

centro de língua portuguesa (CLP), e Huambo (que formou em 2016 os seus primeiros licenciados em linguística da língua portuguesa) e na Universidade *Katavala Bwila*, de Benguela, igualmente dotada de um CLP. Já o programa *Saber Mais*, para a formação inicial e em exercício de professores angolanos e de quadros técnicos do Ministério da Educação de Angola (MED) por formadores portugueses, abrange desde o ensino pré-escolar à 13ª classe e ao ensino profissional, e estende-se, desde 2015, quando teve o início um novo ciclo que terminará em 2018, às províncias de Benguela, Namibe, Cabinda e, desde o início deste ano, a Malanje, tendo já abrangido cerca de 2 mil formandos. Neste II ciclo, houve ainda uma forte aposta no ensino técnico profissional, respondendo ao interesse das autoridades angolanas, abrangendo um vasto leque de áreas de atuação. O projeto tem em cada província uma equipa de coordenação para o ensino geral e profissional e um conjunto variável de formadores portugueses (neste

momento estão no terreno 19 agentes de cooperação, entre coordenadores e formadores). Os docentes portugueses estão colocados em estabelecimentos de formação de professores e/ou escolas profissionais, nas direções/secretarias provinciais de Educação, Ciência e Tecnologia ou nos serviços centrais do MED. A existência de um coordenador científico do programa em Angola – onde apoia as estruturas centrais do MED, analisando programas disciplinares, propostas sobre a política educativa e de gestão e acompanha o trabalho desenvolvido nas províncias alvo –, é uma das inovações deste II ciclo. Apenas no 1º semestre de 2016, nos quatro polos em funcionamento e já com 19 agentes da cooperação no terreno, os professores abrangidos pelas ações de formação ascendiam a 1.097, divididos entre o ensino geral e o ensino técnico-profissional. Por outro lado, neste II ciclo, o *Saber Mais* procurou não se confinar à Escola de Formação de Professores, onde se encontra sediado em cada província, mas fomentar uma descentralização da formação em áreas mais afastadas.

São Tomé Programa Escola+ para mudar o ensino

O apoio à formação de professores e à capacitação dos serviços do Ministério da Educação de São Tomé e Príncipe (STP) tem constituído, sobretudo desde 2009, a grande prioridade da Cooperação Portuguesa com este país insular do Golfo da Guiné na área da Educação, papel que tem sido assumido pelo Programa Escola+, abrangendo o ensino secundário.

O projeto é executado pela organização não-governamental para o desenvolvimento Instituto Marquês de Vale Flor, em parceria com o Ministério da Edu-

cação de STP, e conta com financiamento do Camões I.P. no montante global de 7 milhões de euros para oito anos (2009/2017). Só nos últimos três anos foram abrangidos cerca de 800 formandos. O Escola+ tem como objetivo contribuir para a melhoria do desempenho do ensino secundário em STP. Para tal, apostou na formação e capacitação dos professores santomenses e no reforço da capacidade de gestão e acompanhamento dos serviços centrais do Ministério da Educação e das escolas.

Em ambos os casos, o projeto tem centrado as suas atividades na formação, delineada em função de um diagnóstico regular que permite identificar as necessidades dos beneficiários, sejam eles docentes sejam funcionários do ministério. Um leitorado de Língua e Cultura Portuguesas do Camões, I.P. está por outro lado estabelecido na Universidade Pública de S. Tomé e Príncipe (até 2014 Instituto Superior Politécnico de S. Tomé e Príncipe), onde é ministrada a licenciatura em Língua Portuguesa, que faz a formação inicial de professores de português, atualmente com 88 alunos. A universidade é também responsável pela formação contínua de professores de português (170 alunos). O leitorado participa também na formação inicial de professores de outras áreas científicas que frequentam a disciplina de Técnicas de Expressão Oral e Escrita (565 alunos). Em negociação está a renovação de um protocolo com a Universidade de São



Escola+

FOTO: CAMÕES, I.P.

Tomé e Príncipe para apoio à contratação de 4 docentes são-tomenses do Departamento de Português, com vista ao desenvolvimento de atividades nas áreas da metodologia do ensino do Português como língua segunda e língua estrangeira, produção de materiais didáticos e pesquisa para uma descrição

da gramática na variedade do português falado em STP. Em 2015, foi assinado um protocolo que autoriza as universidades portuguesas a conferirem graus académicos no país. A Universidade de Évora foi uma das primeiras a ministrar cursos em São Tomé e Príncipe, este ano.

Brasil Interlocutor nas questões da língua

A dimensão do país, o nível de desenvolvimento e a proximidade cultural fazem com que a cooperação de Portugal com o Brasil nas áreas da língua portuguesa (LP) e do ensino, no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assumam características distintas da que existe com outros países.

As questões colocam-se muitas vezes em termos de relações bilaterais, pelo que nas áreas da educação avultam temas como o reconhecimento de habilitações, graus e títulos académicos e acesso ao exercício de profissões, bem como a cooperação tecnológica. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) do Brasil anunciou, em abril, que 14 instituições públicas de ensino superior portuguesas

celebraram acordos para a utilização dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) na seleção de estudantes brasileiros.

O Brasil é, contudo, um interlocutor importante no que toca à LP, tendo acolhido em 2010, em Brasília, durante a presidência portuguesa da CPLP, a I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, de que saiu pela primeira vez um guião de política para a projeção da LP no mundo, conhecido pelo nome de Plano de Ação de Brasília, a que seguiria, em 2013, o Plano de Ação de Lisboa, saído da II edição da conferência. No âmbito do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) — que tem a vocação explícita de articular os países da



Cátedra Jaime Cortesão

CPLP para a promoção da LP — os dois países têm colaborado, participando nos trabalhos que deram origem ao Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOC), lançado em Lisboa em fevereiro de 2015, instrumento essencial para a aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AOLP).

As cátedras

Num plano mais estritamente lusobrasileiro, e no que à língua e à cultura portuguesas diz respeito, o Camões, LP, tem apoiado diversas cátedras, em regime de parceria, com as universidades de Brasília, S. Paulo, Bahia, Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e PUC de Minas Gerais. Daqui decorre a articulação de atividades e o intercâmbio de docentes e investigadores entre as várias cátedras brasileiras (e entre estas e centros de investigação de universidades de outros países, incluindo Portugal). Criada em 1991, a Cátedra *Jaime Cortesão*, na Universidade de S. Paulo, é a mais antiga apoiada pelo Camões, LP. A sua área é a História e tem 13 investigadores seniores permanentes, 24 investigadores doutorados, 9 doutorandos, 9 mestrandos e 1.120 alunos. A Cátedra *Padre António Vieira* (1994, PUC do Rio de Janeiro), dedica-se à literatura e tinha em março passado 241 estudantes. A literatura é também o tema do Programa de Investigação do Centro de Estudos Luso Afro-Brasileiros da PUC de Minas Gerais, Belo Horizonte, criado em 1998, e que tem 459 alunos. A Cátedra

Agostinho da Silva (1999, Universidade de Brasília), tem como área de investigação e ensino a Interculturalidade, sendo frequentada por 400 estudantes. A mais recente, a Cátedra *Fidelino de Figueiredo* (2013, Universidade da Bahia), tem como área a literatura e 39 estudantes.

O Camões, LP, tem ainda protocolos de cooperação com Gabinete Português de Leitura de Pernambuco (GPLP) e o Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (RGP). Entretanto, na recente (julho) reunião da Subcomissão bilateral para as áreas da Educação, Cultura, Comunicação Social, Desporto e Juventude, e no que toca à LP, os dois países acordaram colaborar no leste dos Estados Unidos, em particular em Massachusetts, onde existem leitorados e comunidades significativas de ambos os países.

Na mesma reunião, foi decidido propor, no quadro da CPLP, criar um prémio para a literatura infanto-juvenil, lançar uma antologia de poetas da CPLP, a par de do aprofundamento do intercâmbio de dramaturgos, da participação conjunta em feiras do livro internacionais e do fomento do intercâmbio editorial.

Guiné-Bissau Formação de professores e juristas

São quatro os grandes projetos de cooperação de Portugal na área da Educação com a Guiné-Bissau, o primeiro dos quais diz respeito ao ensino da língua portuguesa (LP) a professores em exercício, o segundo à formação inicial de professores de LP, o terceiro à melhoria da qualidade do ensino e o quarto ao ensino de Direito. Desde 2006 — com algumas interrupções

devido à instabilidade política do país — que decorre o curso de formação contínua para professores em exercício de Português Língua Segunda (PL2), com o apoio do Camões, LP, no âmbito da Escola Normal Superior de *Tchico Té* (ENSTT). A formação é ministrada nas Unidades de Apoio Pedagógico/Polos de Língua Portuguesa (UAP/PLP), criadas a partir de 2005, existentes em oito centros espalhados pelo país. Os oito formadores, o seu coordenador por parte do Ministério da Educação da Guiné-Bissau e o leitor do Camões dão formação a 628 formandos, em 2015/2016. Com o concurso do leitorado do Camões, LP, instituído em 1987, e do Centro de Língua Portuguesa na ENSTT (2001), tem lugar, por outro lado, a formação inicial de professores de português na ENSTT. Em 2015/16, 289 alunos. No campo da LP, um leitor do Camões, LP,

está destacado desde 2008 na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau. O número de formandos diplomatas e funcionários é de 66 em 2015/2016. O terceiro grande projeto — o Programa de Ensino de Qualidade na Guiné-Bissau (PEQGB) — está centrado na melhoria das competências científicas e pedagógicas de 3.500 agentes educativos de diversos níveis de ensino: Infância, Básico e Secundário. Os docentes são abrangidos por um programa de formação que mobiliza uma equipa maioritariamente constituída por agentes de formação guineenses (cerca de 175) formados na fase inicial do projeto, numa aposta clara na apropriação nacional e na sustentabilidade do setor. A aposta na proficiência em LP é transversal ao programa, traduzindo-se, por exemplo, na realização de cursos de português, que visam melhorar continuamente as compe-

tências linguísticas dos agentes educativos. Em 2015/2016, o programa apostou ainda num programa de construção de jardins-de-infância, de iniciativa comunitária, com o objetivo de aumentar a oferta pré-escolar, uma vez que é neste nível de ensino que as crianças têm o primeiro contacto com o ambiente escolar e com a LP. Paralelamente tem sido desenvolvido um programa de formação em gestão e administração escolar num conjunto de estabelecimentos, vertente fundamental para a consolidação do sistema educativo. O apoio à Faculdade de Direito de Bissau (FDB) contribui para a oferta de formação superior no país e para a consolidação do sistema jurídico-judiciário e do Estado de Direito. Para além das atividades letivas e de formação de académicos do Direito, o projeto assegura o funcionamento de um Centro de Apoio às Reformas Legislativas,

instância de consultoria jurídica dos órgãos de soberania, organizações internacionais e empresas. Os resultados da formação do corpo docente da FDB com recurso a bolsas de estudo financiadas pelo Camões, LP, traduzem-se já na constituição de equipa totalmente guineense, composta por 43 professores distribuídos por 36 regências e 13 assessorias, tituladas por três doutores, 28 mestres e 12 licenciados. No presente ano letivo, a FDB tem 248 alunos. A cooperação portuguesa financia ainda 8 bolsiros, dos quais 5 doutorandos e 3 mestrandos. A FDB apresenta como resultados mais de 500 licenciados, 35 mestres, 4 doutorados, assegurando a formação de uma geração de juristas e académicos que permitem esperar um bom desempenho ao nível da administração pública sob as regras do Estado de Direito.

Timor-Leste Consolidar o setor da Educação

A consolidação do sistema educativo de Timor-Leste (TL), e nele do papel do português, como língua de identidade nacional, tem mobilizado a Cooperação Portuguesa com aquele país do sudeste asiático. O caráter inovador do modelo de intervenção — caracterizado por uma estreita parceria, em que o esforço técnico e financeiro é partilhado — concorre para a plena apropriação por TL, dando maiores garantias de sustentabilidade ao setor. O projeto *Formar Mais – Formação Contínua de Professores* (2016-2018) pretende atingir aqueles objetivos através

do apoio ao setor da formação académica e profissional do pessoal docente e de profissionais do sistema educativo. Um total de 27 formadores portugueses — 11 formadores de Português para o 3.º ciclo do Ensino Básico e 15 formadores das disciplinas do Ensino Secundário Geral (ESG) — participa desde junho no projeto, que apoia a formação de formadores para o básico e secundário. Os beneficiários são 426 professores do 3.º ciclo do básico, 716 professores do secundário e 22 diretores e 22 diretores-adjuntos de escolas do 3.º ciclo do

básico e do secundário. Desde a independência de TL e a consequente adopção do português como língua oficial, a Cooperação Portuguesa tem apoiado projetos que visam reintroduzir e consolidar a língua portuguesa (LP) como instrumento para fins de ensino, aquisição e acesso ao conhecimento. Na origem do *Formar Mais* estiveram dois outros projetos, também apoiados pelo Camões, LP: o *Projeto Falar Português – Reestruturação Curricular do Ensino Secundário Geral em Timor-Leste* (janeiro de 2010 a março de 2013), e o *Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores* (PFICP), (janeiro de 2012 a dezembro de 2014). O *Projeto Falar Português*, apoiado pelo Camões, LP, e pela Fundação Calouste Gulbenkian, em articulação com a Universidade de Aveiro, permitiu a conceção dos planos curriculares, manuais escolares e guias do professor para 14 disciplinas do 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade do ESG, materiais estes atualmente em uso e

de referência no sistema de ensino deste país asiático. Um segundo projeto, em que o Camões, LP, está envolvido como financiador e executor, visa a capacitação da Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL) em LP, mais especificamente do seu Centro de Língua Portuguesa, Departamento do Ensino de Língua Portuguesa e Departamento de Formação de Professores do Ensino Básico. Dez formadores, com mestrado ou doutoramento, foram mobilizados pelo Camões, LP, para o projeto. Trata-se de melhorar a formação inicial de professores e o apoio aos professores locais. «É aí, nessa formação inicial de professores para o ensino básico, que se considera que se pode fazer a grande diferença», explicou em julho a Presidente do Camões, LP, Ana Paula Laborinho. Assim, a Cooperação Portuguesa apoia todos os níveis de capacitação dos docentes, em todos os níveis de ensino: básico, secundário (*Formar Mais*) e superior (UNTL).

Um terceiro projeto, a cargo do Ministério da Educação de Portugal, incide nos CAFE – Centros de Aprendizagem e Formação Escolar, escolas de referência presentes em 13 distritos que servem como modelos de boas práticas. O projeto conta atualmente com 129 docentes portuguesas e cerca de 200 docentes timorenses, tendo como beneficiários aproximadamente 6 mil alunos timorenses dos diversos graus de ensino, de acordo com dados do Ministério da Educação. Iniciado em 2011, teve a sua génese num outro anterior — Projeto *Escolas de Referência-Centros de Formação de Timor-Leste* (PERTL-CF), - surgido na sequência da criação dos polos distritais (Baucau, Same, Maliana e Oecusse) da Escola Portuguesa de Díli, em abril de 2010, em que se verificaram elevados níveis de desempenho por parte dos alunos, levando a que o governo timorense demonstrasse vontade em criar, em cada uma das capitais de distrito de TL, Escolas de Referência.

Moçambique Extensa cooperação na língua e no ensino

Tal como na generalidade dos países africanos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a cooperação com Moçambique tem como área prioritária a Educação e dá ênfase ao ensino da língua portuguesa (LP), de acordo com as políticas e as solicitações das autoridades moçambicanas, no âmbito da estratégia de desenvolvimento do país.

No campo da LP, o Camões, I.P. tem-se focado ao longo dos anos no objetivo estratégico da formação de professores de português ou de formação em LP de diversas áreas científicas para todos os níveis de ensino em Moçambique.

O parceiro desta cooperação é a Universidade Pedagógica de Moçambique (UPM), que forma professores para os vários níveis de ensino, incluindo os de português. Para responder às solicitações da UP – uma escola descentralizada –, o Camões, I.P. enviou leitores e criou centros de língua portuguesa (CLP) em Maputo, Nampula, Beira, Xai-Xai, Lichinga e Quelimane.

O universo de alunos na formação inicial de professores de português na UPM ascendeu a 12 mil. Os CLP em Moçambique organizam também oficinas de atualização para professores de português (1.268 formandos em 2015).

Em 2014/15 e 2015/16, o Camões, I.P. atribuiu sete e oito bolsas, respetivamente, a estudantes da UPM no âmbito das atividades promovidas pelos seis CLP. A cooperação entre Portugal e Moçambique na área da LP tem tido repercussões além-fronteiras, nomeadamente

nos países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), de que Moçambique e Angola fazem parte.

Está previsto que Portugal e Moçambique, com o apoio da UNESCO, desenvolvam um programa de formação de professores de português língua estrangeira em países da região, na sequência da integração do português como língua curricular nos subsistemas do ensino secundário e/ou básico desses países, como já acontece na Namíbia. A colaboração na região austral vem de longe. Portugal e Moçambique inauguraram, em 2005, leitorados conjuntos de LP e cultura dos países da CPLP em instituições de ensino superior da região, nomeadamente África do Sul e Zimbábue.

Na esteira da orientação da CPLP, de 2010, de reforçar a utilização da LP nas organizações internacionais, o Camões I.P., a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a UPM celebraram um protocolo que permitiu a criação, em 2009, nesta última universidade, dos mestrados em Interpretação de Conferência (português, inglês e francês) – com o apoio da União Europeia e do Banco Africano de Desenvolvimento – e em Tradução. O mestrado de tradutores visa fazer face às necessidades das organizações internacionais, nomeadamente da SADC e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Ensino Superior e Técnico-profissional

É também em Moçambique que, com o apoio do Camões, I.P., foi criada, em 2008, na Universidade *Eduardo Mo-*

dlane – em cujo Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Letras existe um leitor do Camões, I.P. – a Cátedra de Português, Língua Segunda e Estrangeira, dirigida pela professora Perpétua Gonçalves e que conta com uma vintena de investigadores. Concebida como um programa de investigação, a cátedra visa contribuir para a difusão e promoção de estudos sobre a LP, assim como de materiais destinados ao seu ensino como língua não materna.

A cátedra foi convidada a liderar a equipa de pesquisa que elaborou o Vocabulário Ortográfico Nacional (VON), integrado no Vocabulário Ortográfico Comum (VOC) da Língua

Portuguesa, coordenado pelo Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) da CPLP. Num quadro mais amplo, a cooperação na Educação recorre a uma combinação de modalidades de intervenção, adaptadas aos diferentes níveis de ensino, nomeadamente: ensino técnico-profissional, ensino superior, bolsas de estudo e o apoio, juntamente com outros doadores internacionais, ao Fundo de Apoio ao Setor da Educação (FASE), no âmbito do apoio direto ao orçamento, consignado ao setor da Educação de Moçambique. No ensino superior, destacam-se os projetos de cooperação nas áreas da

formação avançada de Direito, Economia, Gestão, Biotecnologia e Biologia aplicada aos recursos naturais, que resultam de parcerias entre as faculdades de Direito, Ciências e de Economia da Universidade de Lisboa e a UEM. São também disponibilizadas bolsas de estudo internas (28, em 2015) e externas (68 bolsheiros em Portugal no mesmo ano) para o ensino superior público, militar e jurídico e foi criado um programa de bolsas de formação superior em Portugal para 2014/2015, com o patrocínio de empresas portuguesas naquele país – 10 bolsas de licenciatura e mestrado.

O FASE, do qual Portugal faz parte desde 2007, destina-se a aplicar o Plano Estratégico para o setor da Educação, financiando a construção e a reabilitação de escolas; a aquisição de equipamentos escolares; a formação de professores e a alfabetização de adultos, bem como o pagamento de salários aos alfabetizadores.

Um dos mais importantes projetos da área da Educação é o apoio à reforma do ensino técnico-profissional que o governo de Maputo iniciou em 2001 e que tem como parceiros o Camões I.P., a Fundação Portugal-África, o Ministério da Educação e Ciência de Portugal e o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional de Moçambique.

A intervenção centra-se na reorganização curricular dos cursos; na formação de diretores e professores das escolas profissionais (EP) e técnicos dos serviços centrais e provinciais do ministério moçambicano; na elaboração do quadro legal dos cursos e dos normativos de funcionamento das escolas.

Os principais resultados desta cooperação, que se estenderá até 2018, são 48 EP distribuídas por todas as províncias, e mais 9 em fase de instalação, sendo objetivo instalar uma EP por cada um dos 128 distritos do país. Foram já graduados nas EP mais de 25 mil alunos, cuja empregabilidade é de cerca de 100%.

Ensino Técnico-Profissional



FOTO: CAMÕES, I.P.

Responder à especificidade linguística de Cabo Verde

A criação, em dezembro de 2014, da Cátedra *Eugénio Tavares* de Língua Portuguesa na Universidade de Cabo Verde (UniCV), com o apoio do Camões, I.P., veio dar um salto na cooperação sobre a língua portuguesa (LP) daquele país insular africano.

A iniciativa tenta dar resposta à especificidade da situação linguística, onde a par do português, língua oficial, convive o cabo-verdiano, num sistema que os linguistas designam por diglossia. A cátedra tem por missão primeira produzir conhecimento sobre a descrição linguística do português em Cabo Ver-

de e o seu ensino e o seu uso na comunicação social.

Anteriormente, a cooperação no domínio da LP passava pelo leitorado de LP e pelo Centro de Língua Portuguesa (CLP) do Camões, I.P., na UniCV, e pelo Centro Cultural Português (CCP) na Praia e o seu polo do Mindelo. O CLP/Camões, I.P., integrado no Departamento de Ciências Sociais e Humanas da UniCV, presta apoio à licenciatura em Estudos Cabo-Verdianos e Portugueses oferecida por aquela universidade e, desde 2014, ao mestrado em Ensino do Português

Língua Segunda/Língua Estrangeira (PL2/PLE), uma pós-graduação de referência no Estudos Portugueses em África. No mesmo departamento, a disciplina de Língua Portuguesa/Práticas de Comunicação é oferecida a outros cursos, prestando igualmente o centro apoio à realização de oficinas de trabalho dirigidas aos alunos, bem como ao corpo docente universitário e secundário.

Em 2016, frequentam o ensino superior, no âmbito da cooperação com o Camões, I.P., 756 alunos, 60 dos quais em formação inicial específica em ensino da LP. A 1ª edição do mestrado em Ensino de PL2/PLE na UniCV teve início em março de 2014, com cerca de 20 alunos, estando a decorrer a 2ª edição com 13 novos alunos. O CCP centra a sua ação no domínio da LP na realização de cursos de PLE, de pequenos cursos livres (história da língua, escrita criativa, etc.), na promoção do livro em LP e da leitura (edição

e lançamento de livros, encontros com escritores, realização de conferência e colóquios).

Entre 2005 e 2010, o Camões, I.P. esteve também fortemente envolvido no Projeto de Formação Contínua de Professores de Língua Portuguesa do Ensino Secundário, pioneiro nesta área em Cabo Verde, de que beneficiaram mais de 130 docentes.

A cooperação na Educação estende-se presentemente ainda à assessoria que técnicos portugueses prestam ao governo cabo-verdiano no domínio do ensino superior, visando superar o défice de regulação do sistema, o que irá contribuir para assegurar a qualidade da formação oferecida no país.

Noutros domínios de índole cultural, existem protocolos de cooperação entre o Ministério da Cultura de Portugal e o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura de Cabo Verde para a digitalização e disponibilização de documentação relativa a património arquivístico

comum e entre a Biblioteca Nacional de Portugal e o Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro de Cabo Verde.



CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA
PORTUGUESA
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Camões, IP
Av. da Liberdade, n.º 270
1250-149 Lisboa
TEL. 351+213 109 100
FAX. 351+213 143 987
www.instituto-camoes.pt
jlcarte@camoes.mne.pt
PRESIDENTE Ana Paula Laborinho
COORDENAÇÃO Vera Sousa
COLABORAÇÃO Carlos Lobato